

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

ATA Nº 18

Aos dezasseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte três, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, em reunião Extraordinária da Assembleia ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Freguesia; -----

Ponto 2 – Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta; -----

Ponto 3 – Apreciação e Votação do Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências; -----

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

Aqui há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Abel Rodrigues Magalhães, Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros, Gianpiero Freire de Zignoni, Maria Inez Rocha Barata da Rocha Gagliardini Graça e Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto.-----

Partido Socialista – António Fernando da Silva Oliveira, Sandra Maria Ribeiro Mondim, Abílio Pereira dos Santos e Alírio Machado Alves Coutinho. -----

Partido Social Democrata – Ernesto Paulo Preto Galego, António Miguel da Costa Cardoso Antunes, Nuno Rodrigo Carvalho Fernandes e Ricardo Jorge Loureiro Baptista. -----

Bloco de Esquerda – Teresa Marisa Alves Martins e Rita de Aires Pacheco Domingues. -----

CDU – João Duarte Gonçalves e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

PAN – Natacha Gambini Doria Meunier. -----

Faltas: -----

Aqui Há Porto-RM – Luís Rocha Pires Mendes Godinho. -----

PS – Érica Filipa Fonseca Pacheco Rodrigues. -----

BE – Mário Augusto de Sousa Moutinho. -----

Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: -----

Aqui há Porto-RM – Luís Rocha Pires Mendes Godinho e Natacha Filipa da Silva Santos. -----

PS – Érica Filipa Lisboa Fonseca Pacheco Rodrigues, Abílio Manuel Pacheco Rodrigues, Pedro Miguel Alves Moreira de Castro e Meneses, Palmira Rosa Pereira da Costa Barbosa. -----

BE – Mário Augusto de Sousa Moutinho e Miguel Albergaria Furtado Semedo. -----

O Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente), Rui Pedro da Silva Cavalheiro (Vogal Tesoureiro), Verónica Marta Stuve Veiga de Faria (Vogal Secretária) e os Vogais: Ângela Maria Fangueiro Cintra, Augusto Artur Saldanha e Tiago João Peixoto Fonseca. -----

Presidente da AF – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes e deu início à Assembleia de Freguesia Extraordinária. -----

Antes de entrar na O.T. vai dar conhecimento a esta Assembleia e ao público presente, das cartas que chegaram à Mesa. Deu conta de uma carta de renúncia que entrou dia 15 de março de 2023, do Sr. César Araújo, eleito pela lista do Aqui há Porto-RM e que na sexta-feira passada, deu entrada uma carta nos serviços administrativos da companheira da Mesa e que passou de imediato a proceder à sua leitura. Uma vez entregue e aceite, esta Mesa cai. Assim sendo, têm de se proceder a uma nova eleição. Não obstante, haver pareceres contrários, entende que deve haver uma nova eleição da mesa. Agradeceu a todos, porque tem aprendido com os Membros desta Assembleia. Não sabe se será o final de ciclo, porque a Mesa tem de ir a votos. Assim, será proposta uma nova Mesa. -----

Mário Praça (1º Secretário da Assembleia) – Procedeu à leitura do Edital e efetuou a chamada, para confirmar as respetivas presenças. Nesta Assembleia estão presentes 19 Deputados. -----

Presidente da AF – Dando continuidade, depois de efetuar a chamada, dá conta da existência da proposta de Lista para a nova Mesa. Pergunta se alguém quer apresentar alguma outra proposta. Prosseguiu, não havendo mais nenhuma proposta. A Proposta que apresenta é a seguinte: para Presidente, Ernesto Galego, para 1ª Secretário, Mário Praça e para 2ª Secretário, Maria Cristina Medeiros. Foi adotado o mesmo procedimento de votação realizado na semana passada para a eleição de vogal. A votação para a eleição da Mesa da Assembleia, decorreu por voto secreto e cujo resultado foi o seguinte: 13 votos a favor; votos em branco: 6. Esta Proposta foi aprovada. De seguida afirmou que a Mesa tem de se esforçar ainda mais para merecer o reconhecimento de todos, nomeadamente, os 6 votos que obtiveram em branco. De seguida, procede à saída da colega da Mesa e agradeceu o trabalho realizado. De imediato, chama a Maria Cristina Medeiros para a Mesa. Assim, foi reposta a normalidade da Mesa e da Assembleia, uma vez que a Maria Inez Graça tomou assento na Assembleia. ----- De imediato entrou-se no Ponto nº 2 da O.T. “Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante Proposta do Presidente da Junta”. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. De seguida agradeceu ao Vogal Tiago Fonseca pela colaboração enquanto permaneceu no Executivo, desejar felicidades como elemento da Assembleia. De imediato propôs para sua substituição a Deputada Maria Inez Graça. -----

Presidente da AF – Afirmou que Tiago Fonseca apresentou Carta de Renúncia no dia 13/03/2023 e no seguimento desta Carta, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta para indicar o nome para a substituição do Vogal. -----

Tiago Fonseca (Vogal do Executivo – PSD) – Apresentou a sua Carta de Renúncia no dia 13/03, por motivos pessoais e profissionais. Para ele, foi uma honra trabalhar para a Junta de Freguesia e ter contribuído para a melhoria dos fregueses, mas efetivamente pretendia desempenhar esse mesmo papel, mas de uma maneira diferente. Vai aguardar o desenrolar dos acontecimentos. -----

Presidente da AF – De seguida procedeu-se à votação para a eleição de Maria Inez Barata da Rocha Gagliardini Graça, por voto secreto e cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 10. Votos em branco: 9. O seu nome foi aprovado. De seguida agradeceu ao Tiago Fonseca todo o seu empenho e retoma as suas funções na Assembleia. De seguida agradece também ao Nuno Rodrigo pelo seu. A D. Maria Inez Graça faz agora parte do Executivo. O Sr. Abel Rodrigues Magalhães toma posse na Assembleia. Por último, agradeceu à Maria Inez que tomou posse no Executivo e ao Sr. Abel Magalhães que deu entrada na Assembleia. De seguida deu a palavra

ao Deputado Miguel Antunes. -----

Miguel Antunes (PSD) – Afirmou que como há 8 dias veio fazer aqui, neste local vem também hoje, de uma forma geral, agradecer a todos. Isto não é fácil, mas quer dirigir-se à sua bancada partidária, onde o Rodrigo, como afirmou na semana passada, a Inês também foi substituída. Não é fácil estar a frequentar um curso superior e ao mesmo tempo estarem nestas funções. Quer desejar as maiores felicidades ao Tiago, pois já andam nesta situação há mais de duas dezenas de anos. No fundo é desejar a continuação de um bom trabalho a todos e que se veja isto de uma forma positiva e andar o máximo possível para a frente. De seguida agradece a todos. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado deu a palavra à Deputada Teresa Martins. -----

Teresa Martins (BE) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. O BE não tem rigorosamente nada pessoal e evidentemente às mudanças e as razões que as levam a mudar, mas têm questões naturalmente políticas, que tinham a semana passada e que têm mais agora. Para o BE é muito importante, mesmo que não respondam às questões que levantaram. O porquê desta mudança que está a acontecer agora neste momento. A semana passada saiu uma pessoa da suposta solução governativa Rui Moreira e esta semana sai outra pessoa do PSD. Saíram os 2 elementos do PSD que estavam no Executivo. -----

Presidente da AF – Informou que o PSD ainda tem um elemento no Executivo. -----

Teresa Martins (BE) – Afirmou que tem 2 perguntas, sendo que uma delas é a seguinte: Porque é que isto está a acontecer agora e a 2ª pergunta é: Qual a próxima surpresa que vai continuar a acontecer. É mais para poder perceber, porque afinal prometeram uma estabilidade e solução governativa, que iria trazer alguma estabilidade e começa a sentir que isto é tudo menos estável. Agradece às pessoas que estiveram e às que vão integrar os Órgãos da Autarquia. Esperam genuinamente que façam o melhor trabalho possível. Estarão também para contribuírem para aquilo que forem as suas responsabilidades. Esta é uma questão que não podem fazer de conta que é normal ou que tudo está a funcionar normalmente. -----

Presidente da AF – Intervém para afirmar que não é seu costume, mas a estabilidade faz-se ou obtém-se de muitas formas. -----

Teresa Martins (BE) – Afirmou que não estava a fazer nenhuma crítica. -----

Presidente da AF – Afirmou que foi claro, recorda-se perfeitamente das suas palavras pois não sabe se a parceria ou “casamento,” foi em “comunhão de adquiridos” ou “em separação de bens”. De seguida agradeceu a intervenção da Deputada. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que a coligação com o PSD se mantém. Mantém um elemento do PSD no Executivo. O Ricardo e o Tiago, por motivos pessoais e profissionais, pretenderam sair e como a Democracia permite, já sabe que o BE não acompanha democraticamente as pessoas. Isto é a Democracia. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. De seguida deu a palavra à Deputada Sandra Mondim. -----

Sandra Mondim (PS) – Começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Aproveitou a intervenção da Deputada Teresa Martins que a estabilidade faz-lhe lembrar, de facto, uma intervenção que ocorreu a semana passada, por parte do Deputado Miguel, da Bancada do PSD, que apesar destas alterações a estabilidade mantinha-se. Não deixa de ser curioso que tanta estabilidade e uma semana depois estão aqui outra vez com alterações e com uma Mesa, bem como inclusivamente com uso da palavra por parte do agora Sr.



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Deputado da Mesa que agora transitou para o Executivo, que fica claro e inclusivamente também atento às posições que conhecem por ele tomadas nas reuniões de Executivo e que é do conhecimento público. Realmente tudo isso se traduz em estabilidade. Vamos ver o que esta estabilidade vai trazer. Concorde com a Sr.^a Deputada Teresa no melhor dos interesses de todos é esperar um bom trabalho. Entretanto dirige-se ao Sr. Presidente da Mesa em que afirma que a única estabilidade política que viu nos últimos tempos, dos últimos anos, foi algo que apelidaram de geringonça. Não sabe se o Sr. Presidente lhes irá fazer alguma Proposta do género, esperam para ver. Termina a sua intervenção e agradece. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada deu a palavra à Deputada Natacha Meunier. -----

Natacha Meunier (PAN) – Afirma que também subscreve as palavras da Deputada Teresa, do BE. A estabilidade que o Sr. Presidente falava e que todos têm falado por aqui, é dúvida, na medida em que percebem os motivos que sejam profissionais e pessoais para as renúncias dos mandatos. Ainda assim também sabem que a composição política do Executivo deveria ser mantida na mesma. Havendo estas renúncias, poderia ter havido substituições por parte da mesma Bancada, que a composição política se mantivesse a mesma. Isso não aconteceu. Tanto na semana passada, como nesta, estando o Executivo relegado para uma representação por parte da Bancada do PSD, isso deixa-lhes questões. Entende que elas são válidas. Acha que todos entendem que ao mesmo tempo têm direito de questionar e coloca a mesma questão, pois gostariam de ver um pouco mais esclarecido este tema. Aproveita também para dizer e quer cumprimentar pela eleição e deixar também aqui algum reconhecimento do trabalho que tem sido feito, pois é de louvar, pois não precisam de ser das mesmas cores políticas para reconhecer o bom trabalho que é feito. Entende que neste caso, nomeadamente a Mesa, na pessoa do Sr. Presidente que é quem contacta mais e com quem acaba por contactar com mais questões, quer deixar o reconhecimento do bom trabalho que tem sido feito. De seguida agradece. -----

Presidente da AF – Interveio para agradecer as palavras da Deputada e deu a palavra ao Deputado Ricardo Baptista. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que a estabilidade se vê de várias maneiras. Não é por estarem representados num Executivo que não existe estabilidade ou por uma mudança no Executivo, não haja estabilidade. Podem ver no Governo, já quantos ministros foram alterados, já quantos Secretários de Estado saíram, já quantas pessoas mudaram, por várias razões, mas existe uma estabilidade, pelo menos é o que o PS afirma. Quanto à Junta, pensam que existe uma estabilidade no Executivo. O PSD continuará a colaborar com o Movimento Rui Moreira, apenas será de uma forma diferente. Quanto a estarem representados no Executivo, o Deputado Miguel afirmou hoje e na semana passada, que é difícil para dois estudantes universitários em final de curso, que estão a começar as suas vidas profissionais, pois o Rodrigo começou há cerca de uma ou duas semanas a trabalhar e não deve ser fácil estar no início de carreira e num Executivo. Se só tinham duas pessoas disponíveis, pois uma estava como Presidente da Mesa e continua nessas funções, o Miguel tem a sua empresa, tendo afirmado desde o início que não poderia, só tinham duas soluções. Não havia hipótese de podermos colaborar, agora, dentro do Executivo, podem colaborar de outra maneira. Claro que sim e está a Matilde no Executivo e continuará quando e como quiser. Terá todo o apoio do PSD para continuar. A colaboração com a coligação Rui Moreira continuará a mesma e o PSD estará cá para colaborar com o Movimento Rui Moreira. Termina a sua intervenção e



agradece. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Gianpiero. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto-RM) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Entende que há aqui uma nota pois quer agradecer o esforço de todas as pessoas pela dedicação que aqui estão a fazer. Entende que há aqui uma nota que não está a ser tida em conta que é efetivamente o trabalho e a piada que se está a fazer com os motivos pessoais e profissionais. O trabalho do Executivo é bastante exigente, ainda mais dentro do que é um sistema de coligação, que obriga a mais discussão e é perfeitamente democrático. Por isso, também é preciso ter isso em conta, naturalmente é um processo de vida de cada um, perceber até que ponto tem mais ou menos tempo para dedicar a esta atividade, por muito nobre que seja, acaba por condicionar um pouco na nossa vida pessoal e profissional. De resto, obviamente já como outro colega aqui mencionou, não deixa de ficar surpreendido com as palavras da colega Teresa que no que diz respeito à estabilidade do Executivo, subscreve inteiramente o que a Teresa disse. Ele é freguês, existe aqui muitas pessoas que não fazem atividade na freguesia. Toda a sua atividade é feita na freguesia. Como freguês, necessita dum trabalho estável, mas efetivamente já decorreram aqui alterações. Tanto ele como o Alexandre já foram membros do Executivo, deixaram de o ser pelo motivo que tenha sido e o Executivo continuou a apresentar serviço, as coisas tornaram a acontecer e, portanto, enquanto houver trabalho apresentado por parte deste Executivo, não tem absolutamente nada a dizer. A ele não lhe interessa que seja exatamente o mesmo Executivo a tomar Posse em 2021 e não exista trabalho apresentado. Nesse sentido está absolutamente tranquilo. Quanto à cara colega com quem até conviveu muito tempo na Comissão do Regimento, o Deputado Ricardo acabou por lhe retirar um pouco as palavras, pois neste momento já não tem uma solução governativa tão famosa, como tinha falado há pouco, pois a estabilidade ofereceu-lhe tudo o que estão a viver neste momento, por isso podem ser gratos. Esta Junta ainda hoje sofre com dificuldades de Orçamento graças à muita estabilidade que a geringonça lhes trouxe. Percebe que haja algum receio por parte do PS, porque uma situação de coligação lhes possa levar à ruína. Mas entende que tanto o PSD, como o Movimento Rui Moreira, já demonstraram que conseguem trabalhar em conjunto e vão esperar por bons tempos. Termina a sua intervenção e agradece.

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e a deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que já chamou a atenção na Assembleia Municipal contra esse facto e que dentro em pouco, vão falar sobre ele. Quanto à estabilidade deste Executivo, já demonstrou desde o início que tem feito um grande trabalho, tanto a nível de contas, como de ações. Estão a trabalhar muito bem como saídas e entradas no Executivo. As pessoas são livres de o fazer, mas continuam a trabalhar muito bem, sente-se muito orgulhoso do trabalho deste Executivo, de tudo o que estão a fazer e pensa que a Assembleia nas Opções do Plano, deste ano, demonstrou que também já está a acreditar neste Executivo, pois não tiveram votos contra. Essa é a estabilidade que pretende. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. De seguida perguntou se mais alguém pretendia usar da palavra, mas não se verificou nenhuma inscrição. Aproveitou para informar que têm uma ata para aprovar e pretendia que fosse votada. Perguntou ao Plenário da Assembleia se haveria algum inconveniente. A Ata é a nº 13, de 20/12/2022 que foi corrigida. Ninguém se opôs. -----

Mário Praça (1º Sec. da Mesa da Assembleia) – De imediato procedeu à leitura dos Membros



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature and initials: M. Martins, O.B.M.

presentes na referida Assembleia e que podiam exercer o direito de voto. -----

Presidente da AF – Interveio para proceder à sua votação, a qual foi aprovada por unanimidades dos presentes. -----

De seguida entrou-se no Ponto nº 3 da O.T. “Apreciação e Votação do Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”. De imediato deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta para intervir. -----

Presidente da Junta – Afirmou que o seu colega de Bancada falou sobre um assunto pertinente que ele levou à Assembleia Municipal e que é o seguinte: O Sr. primeiro-ministro quando anunciou os aumentos da Função Pública, aumentou os encargos desta Junta de Freguesia em 67.000,00€/ano. No Fundo de Financiamento das Freguesias aumentou 7.000,00€. Passou para a Junta um encargo de 60.000,00€/ano. Politicamente tiraram um proveito duma Delegação de Competências que passa para a Junta a responsabilidade de pagar esse aumento. Falou exatamente este tema na Assembleia Municipal e falará sempre sobre o assunto. Tem sensibilizado o Executivo Municipal de que precisam de ajuda, porque as despesas estão a aumentar, estão a fazer esse trabalho. Vão receber exatamente o que receberam o ano passado, neste documento. O ano passado foram aumentados 6,8% e vão continuar a sensibilizar. Com os aumentos da Função Pública, os colaboradores que estão nos Sanitários, o valor da transferência da CMP, não aumentou. Vão tentar que pelo menos no valor dos ordenados os ajudem. Não têm o 2º semestre concluído, o mesmo está em fase de conclusão e pretendem depois com base no mesmo durante este ano, sensibilizar a Câmara para a necessidade e sabem que existe, em atualizar estes valores, quer pelo aumento generalizado pelos preços, quer devido à necessidade de intervir em alguns equipamentos que precisam de obras de manutenção. Também está a tentar junto da Câmara em conseguir dois Sanitários novos. Um está situado no Largo Vitorino de Almeida, na Sé. Foi construído e nunca abriu. Conhecia as instalações e quando chegou à Junta, começou a trabalhar sobre este assunto, pois a Câmara quase desconhecia o Sanitário. É mesmo por baixo do Terreiro da Sé, onde recebem milhares de turistas. O outro situa-se na Rua de Miragaia, que está presentemente encerrado e situa-se perto da Alfândega. Está a tentar trazer estes dois equipamentos para a Junta. Quer deixar claro aos Srs. Deputados que está a tentar sensibilizar a Câmara em aumentar substancialmente aqui o Orçamento para fazer face aos custos das despesas inerentes a tais equipamentos. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. De seguida deu a palavra à Deputada Teresa Martins. -----

Teresa Martins (BE) – Afirmou que só quer sublinhar que o BE tem feito, tanto nesta Assembleia como na Assembleia Municipal, propostas para iniciar o processo de alargamento da Delegação de Competências com as diferentes Freguesias e têm votado sempre a favor dos respetivos contratos. Quis sublinhar isto antes de serem aqui acusados de não fazerem o seu papel na Assembleia Municipal e no Executivo da Câmara, do qual fazem parte. De seguida informou que vai ler, o que foi dito pelas colegas no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição: “A esta Delegação de Competências deve corresponder o envelope financeiro para que os serviços sejam prestados por estes Órgãos em situação de estabilidade para os profissionais e com qualidade para os utentes, num registo de gestão direta e de proximidade”, fim de citação. É para não terem de ouvir que vêm para aqui reclamar e que não fazem o trabalho que têm de fazer, nos outros Órgãos onde também estão representados. Nesta Assembleia têm vindo a pronunciarem-se em relação a estes documentos. Neste momento não têm também mais propostas nem nenhuma sugestão a fazer em relação a este





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature and initials: "H. acc. ELB"

assunto, a não ser a que acabou de sublinhar. Até porque, segundo o que ouviram nesta Assembleia na semana passada, ou seja, na reação do Sr. Presidente da Junta, a perceção com que ficaram foi que de facto não vale a pena discutir documentos de Delegação de Competências da CMP nesta Assembleia de Freguesia, porque parece não haver da parte do Executivo condições ou disponibilidade, entende que é mais disponibilidade, para ouvir as propostas da Assembleia e para fazer sugestões de melhoria à CMP. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada. De seguida deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Pretendeu um esclarecimento pois o Sr. Presidente referiu que os encargos com os trabalhadores, devido aos aumentos na Função Pública, crescem 67.000,00€ e o Fundo de Financiamento das Freguesias só aumentou em 7.000,00€. Haverá uma diferença de 60.000,00€. Perguntou se esses 67.000,00€ incluem apenas os trabalhadores da Junta ou também inclui os trabalhadores que estão transferidos da Câmara, através do contrato de Delegação de Competências. O Sr. Presidente mencionou que são todos da Junta. É preocupante porque existem algumas coisas que ficam muito mal-esclarecidas. Mais uma vez foram confrontados com uma falta de elementos mínimos de apreciação. Não receberam nem minuta de ata ou ata da apreciação deste documento no Executivo, não é claro o motivo para o Aditamento, nem é fornecida qualquer informação escrita. O Sr. Presidente que até está na Assembleia Municipal sabe muito bem que os documentos que vão da Câmara para a Assembleia Municipal vão acompanhados de certidão da minuta da ata ou da deliberação, para que os Membros da Assembleia Municipal saibam o que é que está em apreciação. Este documento nem sequer tem um documento de enquadramento, não sabem se foi votado na Junta, se foi discutido, não têm nada. Estão perante uma alteração ao contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, de gestão de equipamentos de 2015, cuja renovação para este 3º Mandato de maioria Rui Moreira, foi aqui aprovada em 21/01/2022. É um Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de gestão de equipamentos de 2015 e que passou a citar: “cláusula 1ª (Objeto) do presente Aditamento procede-se à alteração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado em 2015”, fim de citação. A sua renovação - deste contrato de 2015 - foi feita aqui em 21/01/2022 para o ano de 2022 e agora há o ano de 2023 e é atualizado o texto. Na pág. 4 do Aditamento é expressamente afirmado que é renovado o Contrato Interadministrativo celebrado em 2015 alterando-se apenas a cláusula 6ª. Ora, esse contrato de 2015, relativo ao primeiro mandato da maioria Rui Moreira, não lhes foi fornecido. Ainda assim a CDU conseguiu ter acesso a ele, bem como a sua renovação em 2018, que foi feita para vigorar no segundo mandato da maioria Rui Moreira. Há um primeiro Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de gestão de equipamentos em 2015, perante uma nova realidade e é com uma nova maioria na Câmara e uma nova organização das Freguesias da cidade. Depois em 2018, no segundo mandato presidido por Rui Moreira, há uma renovação. Tiveram acessos a esses 2 contratos. Em 2015 e para o ano de 2016, a cláusula 6ª previa uma verba de 890.190,00€, para gerir 15 equipamentos aos quais estavam afetos 11 trabalhadores da Câmara, que eram também passados para a Junta, para ela tratar do processamento de salários, etc. A cláusula 9ª desse contrato de 2015 previa a existência de um Relatório anual que teria de ser entregue pela Junta à Câmara. Em finais de 2016 e para o ano de 2017 terá sido aprovado um Aditamento que estipulou uma redução do valor a transferir passando para apenas 678.197,00€ e aditou ainda as cláusulas 6ªb) e 15ªb), aliás mal identificadas como 5ª b)



e 14ª b), mantendo todo o resto. Em 2017 e para 2018 houve um novo Aditamento, aditando a cláusula 6ª c), prevendo novamente 678.197,00€, ou seja, em 2017 e 2018. O valor foi igual, e foi inferior ao que tinha sido acordado em 2015 e como nada mais foi alterado, admite-se que eram na mesma 15 equipamentos e 11 trabalhadores. Ficam sem saber o que é que teria acontecido às cláusulas 6ª b) e 15ª b) introduzidas naquele Aditamento em finais de 2016. No ano passado, na renovação do Contrato no novo mandato, em janeiro do ano passado, além de duas pequenas alterações nas cláusulas 1ª e 4ª foi estipulado que não mais se retomaria o Contrato de 2015, ou seja, teria forçosamente que ter 15 equipamentos e 11 trabalhadores. Foi ainda aditada uma cláusula 6ª d) já vão em 4 versões da cláusula 6ª dizendo manter o valor a transferir e agora esse valor já não era de 678.197,00€ mas sim de 757.804,74€. Não sabem como é que isto variou e o porquê. Mas era dito que se iria manter como previsto na cláusula 9ª, a apresentação dos Relatórios semestrais. A cláusula 9ª na versão de 2015 previa um Relatório Anual, não sendo claro em que ano terá sido alterada essa periodicidade para semestral nem se ainda vigora. Por outro lado, ficou-se sem saber o conteúdo das cláusulas 6ª b) e 6ª c) ou sequer ainda se continuam a existir. Se continuam, não faria qualquer sentido ter sido aditada a 6ª d). O que daqui resulta é que na prática esta Assembleia não sabe o que é que vai vigorar, porque falta um documento único e consolidado. Não têm um documento consolidado que diga o que variou, o que altera e o que fica. Forçosamente tem de se presumir que continuam a ser 15 equipamentos e 11 trabalhadores, pois é o que consta do documento de 2015, que é o que aqui diz que é retomado. Também não sabem se os Relatórios são anuais ou semestrais, Relatórios aliás que continuam sem lhes ser entregues, desrespeitando quer a lei quer o compromisso aqui assumido pelo Sr. Presidente, em janeiro do ano passado. Para além deste conjunto de singularidades fica claro que a Junta vai ser gravemente prejudicada por esta alteração, por se manter em 2023 o valor previsto para 2022, apesar de ter ocorrido uma subida dos salários, nomeadamente o Salário Mínimo, face a uma inflação que oficialmente é de 7,8%, mas que tem um impacto muito maior no que respeita aos produtos e serviços essenciais. A ser assim, o dinheiro pode não chegar. Mais uma vez aqueles 11 trabalhadores foram cedidos pela Câmara à Junta, não são trabalhadores do Quadro da Junta, estão no Quadro por cedência, continuam a ser trabalhadores da Câmara e podem regressar em qualquer altura. Assim, deixam aqui três perguntas ao Sr. Presidente. Primeira: Qual é afinal o clausulado que vai vigorar, qual o nº de equipamentos e trabalhadores que abrange e qual a periodicidade dos Relatórios de Execução. Segunda pergunta: Quando é que vai o Executivo entregar à Assembleia a cópia do Relatório ou dos Relatórios, relativos à Execução de 2022. Terceira pergunta: Porque é que está o Executivo a aceitar uma redução real das verbas que receberá para Executar este acordo ao aceitar para manter em 2023 o valor do Contrato de 2022. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que o Sr. Deputado viajou no tempo, pois foi a 2015, 2016 e 2017, mas responde que este Executivo tomou posse em 2021. Daí para a frente pode responder. Fizeram chegar toda a documentação o ano passado e todos os contratos. Não têm um colaborador da Câmara. Está a falar a partir de 2021 para a frente. Não pode fazer essas viagens no tempo e os Relatórios são semestrais. O primeiro semestre já foi concluído, o relatório do segundo semestre está a ser terminado e quando estiver pronto, os Srs. Deputados vão receber a informação. Não estão a aceitar redução nenhuma, estão a aceitar as mesmas verbas com a promessa que estão em conversações com o Executivo Municipal e

sensibilizar para que acompanhe com os salários. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente. De seguida deu a palavra à Deputada Natacha. -----

Natacha Meunier (PAN) – Começa a sua intervenção com algumas dúvidas que, entretanto, lhe surgiram. Estiveram a analisar os documentos que lhes foram enviados e a nível de valores tinha uma ideia muito diferente do que foi aqui falado e quer confirmar. Está a analisar tanto o contrato de 2018 como os valores que estão patentes, no Orçamento de 2022, o ano passado estava a ver mais ao pormenor para garantir que não haveria algum erro. No Orçamento de 2022 surge no Fundo de Financiamento das Freguesias que decorre da Lei 73/2013, um valor de 547.766,00€, está aqui no Orçamento apresentado. Estão a falar numa diferença de 7.000,00€ para este ano e é aí que se “perdeu”. É na conta 06.03.104 e no plano e Orçamento para 2023, também ronda uma verba de quinhentos e tal mil euros e tem a ver com a transferência de competências. É um esclarecimento, pois não está a entender o FFF, é uma Delegação de Competências. Mas onde é que isso está patente na dotação orçamental do ano passado e deste ano? Afirmou que pretende ser esclarecida. Não existe nenhuma conta aberta para Delegação de Competências. Outra dúvida que tem é sobre o aditamento ao contrato, pois tudo o que estiveram a analisar, ele é feito única e exclusivamente para alteração da verba, nos considerandos e no próprio objeto do aditamento o único ponto que altera é a verba. Tudo o resto se mantém *ipsis verbis* em relação ao contrato de 2015, mas também não percebe porque é que só se remete ao contrato de 2015 quando ele foi renovado em 2018 com a alteração de cláusulas. Referiu que não compreende muito bem. Os documentos que tem é o contrato de 2015 e de 2018. A questão que lhe resta tem a ver com a formalidade do contrato ir remeter a 2015 sem as alterações subsequente, vai de encontro ao que o Deputado Vítor Vieira, da CDU, que estava a questionar. Não percebe qual é efetivamente a legislação consolidada, neste caso, qual o contrato consolidado, pois é importante terem essa perceção. Fora tudo isto, afirma que compreende a dotação orçamental face aos desafios da Junta, não lhes parece ser a mais adequada tendo em conta o valor da inflação. Quer dar uma nota que por forte pressão do PAN na Assembleia da República que o governo começou a aplicar o cálculo correto do Fundo de Financiamento e também para as autarquias. Independentemente disto quer dizer que na questão da Delegação de Competências, entendem que a Junta poderá ser um bocadinho mais ambiciosa nas competências que pretende delegar para a Freguesia, nomeadamente naquilo que acham mais gritante, que neste caso tem a ver com a Habitação, de Coesão Social e também da pobreza energética. Entendem que a Junta pode ter um papel mais proativo e ter um trabalho de proximidade maior se pedir a Delegação de Competências para si e antes que o Sr. Presidente diga algo, é possível ao abrigo do artº 131º, da Lei 75/2013, tendo em conta que é considerada uma atividade para o interesse da Freguesia. Na sua intervenção quer ressaltar de deixar o repto ao Sr. Presidente da Junta para que seja aqui um pouco mais ambicioso na negociação da Delegação de Competências junto da CMP. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que na sua intervenção anterior lembrou que está a tentar mais dois equipamentos, está a tentar sensibilizar, já deu ideias ao Executivo Municipal, tentar delegar nesta Junta de Freguesia, como por exemplo, as licenças para os veículos de turismo. Já fizeram inúmeras propostas, estão a trabalhar nesse sentido. Vai sensibilizar a Câmara e vai exigir da Câmara, que acompanhe com a dotação orçamental correspondente aos colaboradores que estão nos equipamentos municipais. Não pode é exigir da Câmara que faça

aquilo que o Governo não fez, que é acompanhar com o devido cheque o aumento salarial dos funcionários públicos, neste caso. Da Câmara pode exigir sobre os colaboradores que tem afeto aos equipamentos municipais. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e voltou a intervir. -----

Presidente da Junta – Interveio para explicar ao Deputado Abílio Santos que o Fundo de Financiamento das Freguesias vem do Governo e deveria acompanhar o aumento dos salários da Função Pública que foram aprovados pelo mesmo. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. De seguida deu a palavra ao Deputado Abílio Santos. -----

Abílio Santos (PS) – Afirmou que a única verba transferida diretamente do Governo para a Junta é o vencimento do Presidente da Junta, não é transferida verba para funcionários. A Junta pode ter os funcionários que muito bem entender. De seguida perguntou ao Sr. Presidente da Junta quantos equipamentos estão atribuídos à Junta de Freguesia. -----

Presidente da Junta – Interveio para afirmar que eram 11 equipamentos. -----

Abílio Santos (PS) – Afirmou que têm de ter pelo menos 22 funcionários. Perguntou se os Sanitários, balneários e Lavadouros, são 11? Afinal, quantos funcionários é que estão ao serviço dos equipamentos que foram realmente Delegação de Competências para a Câmara? --

Presidente da Junta – Informou que é só um funcionário. -----

Abílio Santos (PS) – Afirmou que mesmo que o vencimento seja o Ordenado Mínimo Nacional, de certeza que cada funcionário à Junta fica no mínimo por 12.000,00€/ano. O Sr. Presidente da Junta tem de fazer as contas de quanto é que a Câmara Municipal tem de transferir para a Junta. Entende que a Junta está a perder dinheiro com as competências que lhe são atribuídas pela CMP. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que se o Sr. Deputado Abílio estiver atento a ler o Aditamento, têm dotado em cada Sanitário entre 15.000,00€ a 18.000,00€ por cada equipamento da Câmara. Aproveitou para lembrar e o Sr. Abílio sabe bem que nesta Junta 90% do Orçamento é para pagar vencimentos aos funcionários. Não têm condições de ter mais funcionários. Já solicitou à Câmara de poder haver a possibilidade de dobrar e ter dois funcionários em cada equipamento, para abrir mais horas, durante mais tempo. Isto está a ser negociado. O Sr. Deputado afirma que o único dinheiro que vem do Governo é para o Presidente da Junta. O Fundo de Financiamento das Freguesias que vem da Dgal, vem através do Governo. Se o Governo aumenta o salário no público, acresce com despesa para a Junta. ----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente. De seguida deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que tem duas coisas para dizer. Uma é que de facto houve um lapso na escrita do documento: no ano passado, depois de terem solicitado, foram-lhes entregues os Contratos de 2018. Não foram entregues este ano, mas a verdade é que o documento continua a referir que é retomado o de 2015. O de 2015 prevê 15 equipamentos e 11 trabalhadores transferidos para a gestão direta da Junta. A outra questão é que, pode estar errado, mas tanto quanto se recorda, o FFF tem em conta uma fórmula que tem a ver com a dimensão da Freguesia, levaria a x número de trabalhadores e é isso que é entregue. O facto de aqui as Freguesias do Porto terem assumido mais competências em determinada altura e em determinadas áreas, nomeadamente na questão dos Infantários, levou a que os seus Quadros de Pessoal crescessem e quando acabou a possibilidade de haver financiamento na

parte da Segurança Social, acabaram esses trabalhadores a serem suportados pelo Orçamento da Freguesia. Possivelmente esse diferencial entre aquilo que o Estado agora aumentou no que respeita ao FFF e a diferença dos tais 60.000,00€ pode ter a haver com isso, embora não saiba se tem a haver ou não. Seria conveniente esclarecer que se a autarquia cumprisse aquilo que está estipulado na Lei, teria muito menos funcionários, não teria os Serviços do Infantário, etc. e consequentemente, os valores poderiam estar certos. Neste momento não sabe é ou não é assim. Continua a perguntar o que é que vão votar aqui, qual o clausulado. Há uma cláusula 6ª, outra 6ª a), 6ª b) e 6ª d). Há uma confusão de haver aqui designações e correções, que não sabem se retomam o texto de 2015, se se retoma o de 2018, se 2022, não sabem. ----
Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Abílio Santos. -----

Abílio Santos (PS) – Na sua intervenção pretende uma informação do Sr. Presidente da Junta. Em relação à manutenção do equipamento, qual é o valor máximo que é da responsabilidade da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que o valor é de 500,00€. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputado e do Sr. Presidente da Junta. Perguntou se mais alguém pretendia se inscrever para usar da palavra, não se verificando nenhuma inscrição. De imediato procedeu-se à votação do Ponto nº 3 da O.T. “Apreciação e Votação do Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 17, sendo 6 do Aqui há Porto-RM, 4 do PSD, 4 do PS, 2 do BE e 1 do PAN. Abstenções: 2, da CDU. Votos contra: 0. Este Ponto foi aprovado. -----
Foi dada a palavra ao público para intervir, não se tendo verificado nenhuma inscrição. -----

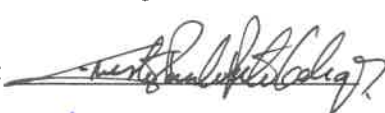
Em relação ao Regimento e ao Regulamento, aproveitou para informar que na próxima semana enviarão os documentos finais pois não houve mais nenhuma alteração. Quer dizer que, na próxima Assembleia serão aprovados. Questionou o plenário sobre qual a melhor data para a realização da próxima Assembleia de Freguesia, tendo sido escolhido o dia 18 de abril de 2023. -----

Presidente da Junta – Interveio para informar a Assembleia que têm um caderno de encargos quase pronto para comprar computadores novos para a Junta, para todas as pessoas poderem trabalhar em condições. Vão equipar toda a Junta. Pegar numa Junta com dificuldades financeiras e conseguem agora fazer o necessário. -----

Presidente da AF – Informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da minuta da ata para ser votada, sendo aprovada por unanimidade. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão. -----

Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 16 de março de 2023, às 23,15 Horas. -----

O Presidente: 

O 1º Secretário: 

O 2º Secretário: 